

ANÁLISE DO CUSTO DA CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS E PODER DE COMPRA EM NOVA ANDRADINA-MS

JESUS , Talita Santos de¹

MEDEIROS, Giovanna Isabelle Bom de ²

RESUMO: Este trabalho analisou a variação do custo da cesta básica de alimentos em Nova Andradina-MS, entre março e agosto de 2025, e sua relação com o poder de compra do salário mínimo. A pesquisa, de caráter quantitativo e descritivo, utilizou a metodologia do DIEESE adaptada à realidade local, com coleta semanal de preços em supermercados do município. Os resultados mostraram forte volatilidade em produtos in natura, como batata e tomate, influenciados por fatores climáticos e de sazonalidade, além de aumentos expressivos em industrializados, como café e óleo de soja, impactados pela cadeia produtiva e pelo mercado internacional. Constatou-se que o custo da cesta básica compromete grande parte da renda dos trabalhadores, tornando o salário mínimo insuficiente para garantir as necessidades básicas previstas constitucionalmente. Conclui-se que a defasagem entre renda e custo de vida reforça desigualdades sociais e evidencia a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar, incentivem a comercialização direta e promovam o monitoramento contínuo dos preços.

Palavras-chave: Cesta Básica; Salário Mínimo; Poder de Compra; Nova Andradina; Segurança Alimentar.

ABSTRACT: This study analyzed the variation in the cost of the basic food basket in Nova Andradina-MS, between March and August 2025, and its relationship with the purchasing power of the minimum wage. The research, of a quantitative and descriptive nature, applied the DIEESE methodology adapted to the local context, with weekly price collection in supermarkets of the municipality. The results showed strong volatility in fresh products such as potatoes and tomatoes, influenced by climatic and seasonal factors, and significant increases in industrialized goods, such as coffee and soybean oil, affected by the production chain and the international market. It was found that the cost of the basic food basket consumes a large portion of workers' income, making the minimum wage insufficient to meet the basic needs established by the Brazilian Constitution. It is concluded that the gap between income and living costs reinforces social inequalities and highlights the importance of public policies to strengthen family farming, encourage direct commercialization, and ensure continuous price monitoring.

Keywords: Basic Food Basket; Minimum Wage; Purchasing Power; Nova Andradina; Food Security.

¹ Discente do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Nova Andradina. E-mail: talita.s@ufms.br. 2025.

² Docente do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus de Nova Andradina. E-mail: giovanna.medeiros@ufms.br. 2025

1. INTRODUÇÃO

Em um cenário de instabilidade econômica e agravamento das desigualdades sociais, a segurança alimentar continua sendo um desafio concreto para a população brasileira (FAO, 2022; DIEESE, 2024). A relação entre o salário mínimo e o custo da cesta básica evidencia uma contradição estrutural: embora o salário mínimo seja definido como referência para garantir as condições de sobrevivência do trabalhador e de sua família, seu poder de compra vem sendo sistematicamente corroído pela inflação, pelo encarecimento do custo de vida e pela concentração de renda (IBGE, 2020; Souza, 2019). Esse descompasso torna inviável o acesso pleno a uma alimentação adequada, direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A análise do custo da cesta básica, historicamente conduzida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2009), tem se concentrado em capitais e grandes centros urbanos, limitando a compreensão da realidade de municípios do interior, como Nova Andradina-MS (Silva, 2014; Castro, 2016). Entretanto, compreender a dinâmica local é imprescindível, uma vez que os hábitos de consumo, a formação de preços e a renda média da população variam de acordo com o contexto socioeconômico regional (Silva, 2018; Matuella Filho, 2016).

Os preços dos alimentos, por sua vez, são influenciados por uma combinação de fatores macro e microeconômicos. No plano macroeconômico, destacam-se a inflação, a variação cambial, os custos do transporte e dos combustíveis, além das políticas de incentivo ou restrição à produção agrícola (IPEA, 2021; Oliveira; Santos, 2020). Já em nível microeconômico, fatores como a sazonalidade, a produtividade agrícola, o custo de insumos, a dinâmica de oferta e demanda e as cadeias de distribuição exercem influência direta sobre os preços pagos pelo consumidor final (Silveira; Schneider, 2018; Hoffmann, 2019). Essa interação complexa reforça a necessidade de estudos que articulem a análise de indicadores nacionais com as especificidades locais.

Segundo a Constituição Federal, o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, transporte, saúde, educação, lazer e previdência social (BRASIL, 1988). Contudo, em dezembro de 2024, o DIEESE calculou que o valor necessário para suprir tais demandas seria de R\$ 7.067,68, mais de quatro vezes

superior ao salário mínimo vigente, demonstrando a disparidade entre o previsto legalmente e as condições reais de subsistência (DIEESE, 2024).

Nesse sentido, analisar a evolução do custo da cesta básica em cidades do interior torna-se essencial para avaliar de forma direta os impactos sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores locais. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a variação do custo da cesta básica de alimentos no município de Nova Andradina-MS, no período de março a julho de 2025, utilizando uma adaptação da metodologia proposta pelo DIEESE. Adicionalmente, pretende-se verificar a relação entre esse custo e o salário mínimo vigente, identificando seus efeitos sobre o poder de compra da população local.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Inflação, Salário Mínimo e Cesta Básica: Relações com o Poder de Compra

A inflação consiste no aumento contínuo e generalizado dos preços de bens e serviços ao longo do tempo, resultando em perda do valor real da moeda e, consequentemente, do poder de compra da população (Mankiw, 2014). Trata-se de um processo persistente, associado ao aumento nos custos de insumos, força de trabalho e mercadorias em geral, o que reduz a capacidade das famílias de manter um padrão de consumo estável (Gutierrez, 2004). O poder de compra, por sua vez, refere-se à quantidade de bens e serviços que pode ser adquirida por determinada unidade monetária, e tende a diminuir quando os salários não acompanham a elevação dos preços (Menger, 1988; Berrios; Santos, 2016).

Em contextos inflacionários, as classes de menor renda são as mais prejudicadas, pois dedicam maior proporção de seus rendimentos à aquisição de bens essenciais, sobretudo alimentos (Carvalho; Silva, 2020). Nesse cenário, mesmo reduções momentâneas de preços podem gerar apenas uma percepção ilusória de ganho no poder de compra, visto que não correspondem a aumentos reais na renda disponível.

No Brasil, o salário mínimo, instituído oficialmente na década de 1930 pelo governo Vargas, foi concebido para garantir condições mínimas de subsistência ao trabalhador, com base em uma “ração essencial” de alimentos, que daria origem ao conceito de cesta básica (Castro, 2016; Silva, 2018). Apesar de avanços, diversos estudos demonstram que o valor pago historicamente se mantém aquém do necessário para assegurar as condições de vida

digna previstas em sua formulação original (DIEESE, 2009; Castro, 2016). Em dezembro de 2015, por exemplo, o salário mínimo necessário para suprir adequadamente as necessidades de uma família de quatro pessoas deveria ser 4,5 vezes superior ao valor vigente à época (DIEESE, 2016).

Essa defasagem entre a evolução do salário mínimo e a inflação da cesta básica é particularmente preocupante. Pesquisas do DIEESE revelam que, em diversas localidades brasileiras, os alimentos essenciais aumentam acima da inflação oficial medida pelo IPCA, ampliando a perda do poder de compra dos trabalhadores que recebem rendimentos próximos ao mínimo (DIEESE, 2009; Silva, 2018). Esse problema se agrava pelo fato de políticas sociais e benefícios governamentais também estarem indexados ao salário mínimo, ampliando o impacto distributivo de sua defasagem (Castro, 2016).

A cesta básica, definida pelo DIEESE como composta por 13 itens alimentares, serve como indicador central para mensurar o custo de subsistência familiar, além de funcionar como parâmetro para a formulação de políticas públicas (DIEESE, 2009). Os alimentos que a compõem são considerados bens de demanda relativamente inelástica, isto é, mesmo diante de aumentos expressivos de preços, sua procura não se reduz de forma proporcional (Lavinas, 1998). Essa característica faz com que a inflação alimentar exerça peso desproporcional sobre o orçamento das famílias mais pobres (Maluf, 2000).

Ademais, pesquisadores destacam que a cesta básica deve ser periodicamente revisada, incorporando mudanças nos hábitos alimentares, recomendações nutricionais e diversidades regionais (Maluf, 2000; Fiocruz, 2003). O monitoramento descentralizado dos preços pelo DIEESE permite observar variações regionais, revelando desigualdades no custo de vida e orientando políticas de proteção ao consumo (DIEESE, 2009).

Em síntese, inflação, salário mínimo e cesta básica estão intrinsecamente interligados, formando um tripé essencial para a análise das condições de vida da população brasileira. O acompanhamento dessas variáveis é fundamental para compreender as limitações do poder de compra das famílias e para subsidiar a formulação de políticas que garantam o direito humano à alimentação adequada (Fiori; Valente, 2019).

2.2 Determinantes Micro e Macroeconômicos dos Preços dos Alimentos

A formação dos preços dos alimentos é resultado de uma interação complexa entre fatores micro e macroeconômicos, que incidem sobre a produção, a distribuição e o consumo (BELIK, 2015). Considerando a diversidade de variáveis que incidem sobre a formação dos preços dos alimentos, torna-se relevante sistematizar os principais fatores micro e macroeconômicos que influenciam essa dinâmica. A síntese apresentada no Quadro 1 organiza tais determinantes, destacando seus impactos na composição dos preços e as referências teóricas que fundamentam a análise, permitindo uma compreensão integrada dos diferentes níveis de influência.

Quadro 1 - Fatores micro e macroeconômicos que influenciam os preços dos alimentos.

Nível microeconômico		
Fatores	Impacto nos preços	Referências
Oferta e demanda local	Sazonalidade agrícola e choques climáticos reduzem oferta e elevam preços.	Silveira; Schneider (2018); Belik (2015)
Custos de produção	Aumento em fertilizantes, energia e mão de obra é repassado ao consumidor.	Hoffmann (2019)
Estrutura de mercado	Concentração em grandes redes varejistas pode elevar preços.	Belik (2015)
Logística e distribuição	Perdas no transporte e ineficiências aumentam custos finais.	Silveira; Schneider (2018)
Diferenciação de qualidade	Orgânicos e produtos certificados possuem preços mais altos.	Belik (2015)
Nível macroeconômico		
Fatores	Impacto nos preços	Referências
Inflação	Alimentos têm peso elevado no IPCA, pressionando índices gerais.	IPEA (2021)
Taxa de câmbio	Desvalorização encarece importados e reduz oferta interna.	FAO (2021)

Política agrícola	Subsídios e crédito agrícola podem conter aumentos de preços.	Oliveira; Santos (2020)
Comércio internacional	Maior demanda externa reduz disponibilidade doméstica.	FAO (2021)
Juros e crédito	Juros altos encarecem financiamento agrícola, elevando custos.	IPEA (2021)
Choques externos	Guerras, pandemias e mudanças climáticas pressionam custos.	FAO (2021)

Fonte: Elaborado pela autora.

Em nível microeconômico, destacam-se elementos como a produtividade agrícola, os custos de insumos (fertilizantes, defensivos, energia e mão de obra), a estrutura de mercado e a logística de transporte e armazenamento. Esses fatores influenciam diretamente a oferta local e, consequentemente, os preços pagos pelo consumidor (Silveira; Schneidern, 2018; Hoffmann, 2019). Além disso, aspectos como sazonalidade agrícola, perdas pós-colheita e diferenciação de qualidade (orgânicos, certificados, premium) reforçam a volatilidade dos preços (Belik, 2015).

No plano macroeconômico, variáveis como inflação, taxa de câmbio, taxa de juros, política fiscal e comercial, além de choques externos – a exemplo de guerras, crises sanitárias e mudanças climáticas globais – exercem influência significativa na formação de preços (IPEA, 2021; FAO, 2021). A desvalorização cambial, por exemplo, encarece produtos importados e estimula exportações, reduzindo a disponibilidade interna e pressionando preços domésticos. Da mesma forma, políticas de subsídios e crédito agrícola podem mitigar a elevação dos custos de produção e estabilizar preços ao consumidor (Oliveira; Santos, 2020).

A partir dessa sistematização, evidencia-se que a volatilidade dos preços da cesta básica resulta de uma interação entre condicionantes internos à cadeia produtiva e fatores externos relacionados ao ambiente macroeconômico. Assim, compreender a articulação entre esses elementos é essencial não apenas para o diagnóstico das variações de preços, mas também para subsidiar políticas públicas e estratégias de gestão que visem reduzir a vulnerabilidade das famílias frente às oscilações do mercado alimentar (IPEA, 2021).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem quantitativa e descritiva, fundamentada nos parâmetros da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com foco na realidade local do município de Nova Andradina, estado de Mato Grosso do Sul. Seguindo esse modelo, elaborou-se a estrutura da cesta básica, ou seja, os tipos e as quantidades de alimentos considerados suficientes para o sustento e o bem-estar de um trabalhador adulto, com quantidades balanceadas de nutrientes. Essa estrutura foi regionalizada para o estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que os produtos da cesta básica e suas respectivas quantidades mensais variam conforme a região, conforme determinado pelo Decreto-Lei nº 399, de 1938, ainda em vigor (Tabela 1).

Importante destacar que, conforme metodologia do DIEESE, a composição da cesta básica mensal considera o consumo necessário para uma família padrão composta por quatro pessoas, sendo um trabalhador adulto economicamente ativo e seus dependentes

Tabela 1 - Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei no 399 para o Estado de Mato Grosso do Sul.

Alimentos	Quantidade	Unidade
Carne (coxão mole)	6,6	kg
Leite	7,5	L
Feijão (carioca)	4,5	kg
Arroz (branco)	3	kg
Farinha de trigo	1,5	kg
Batata inglesa	6	kg
Legumes (tomate)	9	kg
Pão francês	6	kg
Café em pó	600	g
Frutas (banana)	90	un
Açúcar (cristal)	3	kg

Óleo de soja	900	g
Manteiga/margarina	750	g

Fonte: Elaborada com base no Decreto Lei no 399/1938.

A coleta de dados foi realizada semanalmente, nos mesmos dias da semana (nos quais não havia promoções dos itens da cesta), no período de março a agosto de 2025, em dois supermercados previamente selecionados no município. Os critérios de escolha dos pontos de coleta consideraram a localização, a representatividade do consumo local, a diversidade de produtos ofertados e o fluxo de clientes, de modo a assegurar maior representatividade às informações obtidas. Além disso, os supermercados foram escolhidos por serem mais acessíveis à população em geral e por oferecerem maior facilidade na coleta dos dados, em função de sua localização estratégica dentro do município.

Os preços foram registrados em formulários impressos e posteriormente em planilhas eletrônicas, contemplando os gêneros alimentícios que compõem a cesta básica nacional, definidos pelo Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, e padronizados conforme os critérios estabelecidos pelo DIEESE (2009).

A partir dos valores obtidos, foram calculados o custo total semanal e a média mensal da cesta básica. Para mensurar o impacto financeiro sobre os trabalhadores, utilizou-se a fórmula que determina o número de horas de trabalho necessárias para a aquisição da cesta. Para isso, divide-se o salário mínimo vigente pela jornada de trabalho adotada na Constituição (220 hs/mês, desde outubro de 1988). Aplica-se então, a seguinte fórmula (Equação 1):

$$\text{Horas trabalhadas necessárias} = \frac{\text{custo da cesta}}{\text{Salário mínimo}} * 220 \quad (1)$$

Além disso, foi calculado o percentual de comprometimento do salário mínimo em relação ao custo da cesta básica, a partir da seguinte expressão (Equação 2):

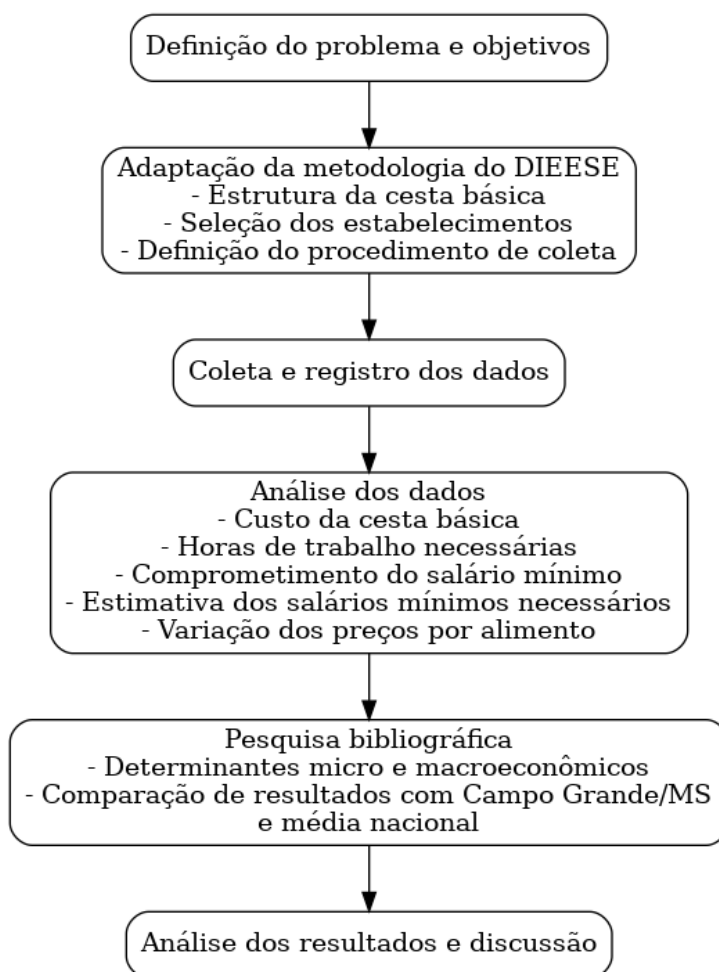
$$\text{Percentual de comprometimento} = \frac{\text{Custo da cesta básica}}{\text{Salário mínimo líquido}} * 100 \quad (2)$$

Por fim, em conformidade com o Decreto-Lei nº 399/1938, que estabelece que os gastos com alimentação deveriam corresponder a aproximadamente 20% do salário mínimo, foi estimado o valor do salário mínimo necessário para cumprir tal parâmetro (Equação 3).

$$\text{Salário mínimo necessário} = \frac{\text{Custo da cesta básica}}{0,20} \quad (3)$$

Todos os dados foram organizados em planilhas eletrônicas do Excel e apresentados por meio de tabelas e gráficos comparativos, permitindo a análise das variações temporais dos preços e do poder de compra da população local. Assim, os procedimentos metodológicos podem ser resumidos no fluxograma a seguir (Figura 1).

Figura 1: Fluxograma dos procedimentos metodológicos do estudo.



Fonte: Elaborada pela autora.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

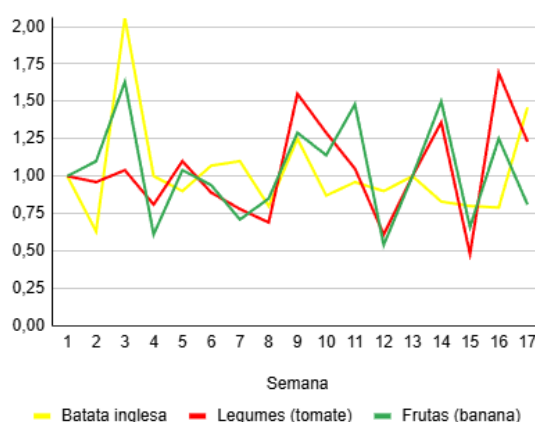
4.1 Análise da variação dos preços dos itens que compõem a cesta básica

A análise dos dados coletados entre março e agosto de 2025 em Nova Andradina mostra que os preços dos itens da cesta básica sofreram oscilações significativas ao longo do período (Figuras 2, 3, 4 e 5). Essas variações refletem a influência conjunta de fatores macroeconômicos, como inflação, câmbio e exportações, e de fatores microeconômicos, como sazonalidade agrícola, oferta local e estrutura de mercado.

Para as Figuras 2, 3 e 4, todas as porcentagens de variação foram calculadas com base na semana imediatamente anterior, o que permite observar as oscilações semanais dos preços dos produtos ao longo do período analisado. Assim, cada ponto do gráfico representa a variação percentual do preço em relação à semana precedente, destacando períodos de alta e de queda dos alimentos. Os dados utilizados foram obtidos a partir da média simples dos preços registrados nos dois supermercados analisados, garantindo maior representatividade dos valores praticados no comércio local e minimizando possíveis distorções individuais.

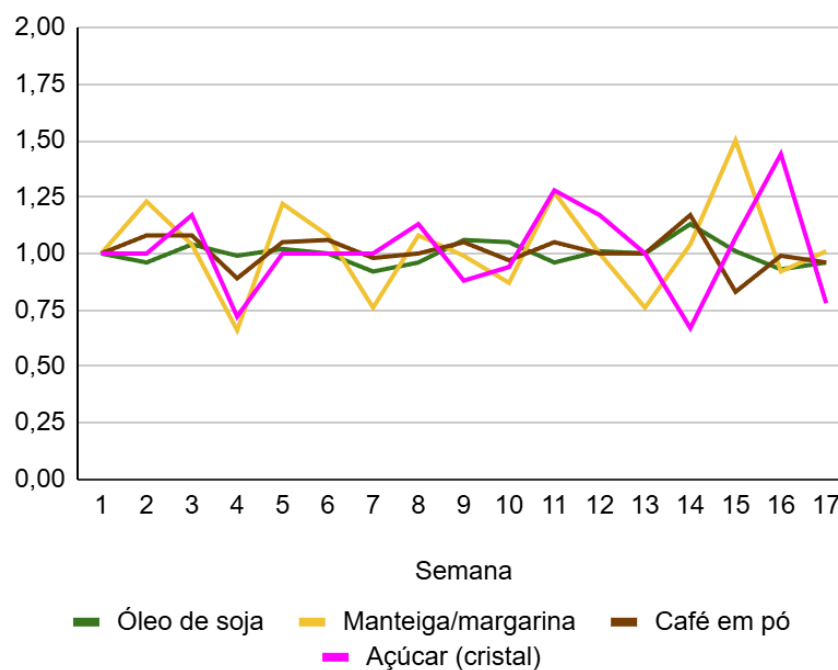
Já a Figura 5 apresenta a variação percentual média acumulada dos preços de cada item da cesta básica entre março e agosto de 2025. Nessa figura, o preço da primeira semana foi adotado como parâmetro de referência (100%), de modo que todas as variações subsequentes representam o aumento ou a redução em relação a esse valor inicial. Assim, é possível identificar, de forma consolidada, quais produtos apresentaram as maiores elevações de preço no semestre e quais mantiveram maior estabilidade.

Figura 2 - Variação dos preços dos itens in natura da cesta básica em Nova Andradina/MS, de março a agosto de 2025



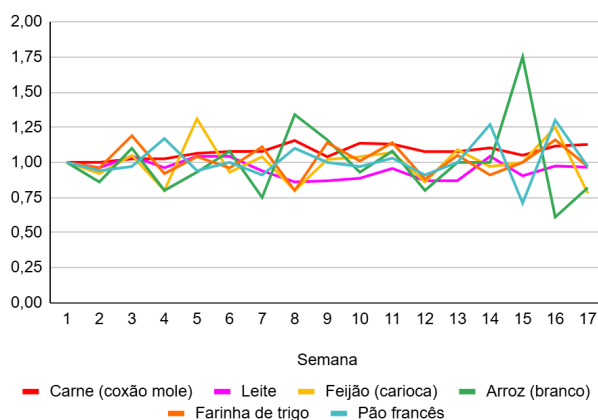
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 - Variação dos preços dos itens industrializados da cesta básica em Nova Andradina/MS, de março a agosto de 2025.



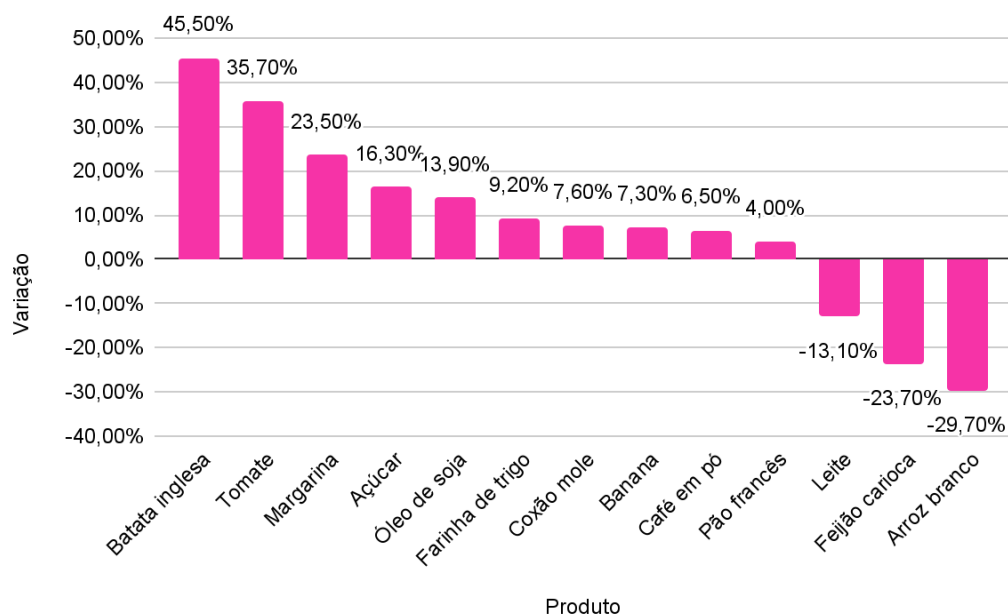
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4 - Variação dos preços dos itens semiprocessados da cesta básica em Nova Andradina/MS, de março a agosto de 2025.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5 - Variação percentual total dos preços de cada item, do início ao fim do período analisado.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao classificar os alimentos da cesta básica segundo o nível de processamento, verifica-se que os *in natura* foram os mais afetados por fatores climáticos. A batata inglesa, por exemplo, apresentou alta de 45,50%, consequência das chuvas intensas ocorridas entre janeiro e fevereiro de 2025, que prejudicaram a colheita em estados produtores como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, reduzindo a oferta até a safra de inverno (Gugisch; Leandro, 2025).

O tomate registrou aumento de 35,70%, influenciado pela entressafra, pela sazonalidade e pela elevação dos custos de transporte e insumos. A banana nanica apresentou elevação de preços no período analisado, fortemente impactada por baixas temperaturas no início do inverno, que reduziram a oferta e elevaram a cotação média da caixa no atacado (CEPEA/ESALQ, 2024; CONAB, 2023). Situação semelhante foi observada na batata e no tomate, cujos preços oscilaram em função de choques climáticos e da sazonalidade agrícola, refletindo a alta sensibilidade desses itens a variações de oferta (IBGE, 2022). Esses fatores resultaram em um desequilíbrio entre oferta e demanda, refletindo-se em aumentos

expressivos ao consumidor final e impactando diretamente o orçamento das famílias (G1, 2025).

Entre os produtos industrializados também foram observadas variações relevantes. A margarina registrou alta de 15% em 2024, reflexo do aumento nos custos de produção, influenciado pela valorização do óleo de palma — matéria-prima importante —, pela escassez desse insumo e pelo elevado preço das resinas plásticas utilizadas nas embalagens (Social Systems News , 2025). O açúcar cristal apresentou elevação pontual no início da entressafra 2024/25, quando o indicador Cepea/Esalq registrou R\$ 149,63 por saca, o menor valor desde outubro de 2024 (CEPEA/ESALQ, 2025).

No cenário internacional, o óleo de soja acumulou alta superior a 15% na Bolsa de Chicago em junho de 2025, impulsionada pela demanda e por tensões geopolíticas (CEPEA, 2025). No Brasil, a valorização da soja refletiu diretamente nos preços de derivados, como a margarina e o óleo de soja (Farmnews, 2025). A farinha de trigo, por sua vez, apresentou relativa estabilidade em 2025 em razão do aumento da produção nacional, estimado em 17,4% no ano, apesar da redução da área plantada (NOTÍCIA INFOCO, 2025).

Além disso, a queda das cotações internacionais, associada à valorização do real frente ao dólar, tornou o trigo importado mais competitivo, pressionando para baixo os preços domésticos (Agrolink, 2025; Safras & Mercado, 2025). No mercado do pão francês, embora a maior oferta doméstica tenha amenizado os impactos do câmbio, custos industriais e logísticos mantiveram o produto sensível a oscilações (Rio verde rural, 2025).

Outro destaque foi a carne bovina, cujo preço subiu devido ao ciclo pecuário marcado pelo abate intensivo de fêmeas em anos anteriores, que reduziu a disponibilidade de animais em 2025. A situação foi agravada por secas e queimadas que afetaram as pastagens (Agência Brasil, 2025), além do câmbio desvalorizado e das exportações recordes, que diminuíram a oferta no mercado interno (Agência Brasil, 2025). O café também apresentou forte aumento, acumulando alta de aproximadamente 80% em 12 meses até abril de 2025, a maior desde o Plano Real, impactando severamente o orçamento das famílias brasileiras (G1, 2025).

Por outro lado, alguns itens apresentaram redução nos preços. O leite, apesar de registrar alta de 2,5% em janeiro de 2025 em relação a dezembro, devido à entressafra e à maior demanda dos laticínios (CEPEA, 2025), foi beneficiado em algumas regiões pela queda no custo de insumos e da energia elétrica, o que gerou deflação pontual (Notícias Agrícolas ,

2025). Ainda assim, projeções apontam que fatores estruturais, como custos de mão de obra e instabilidade climática, devem manter o produto em patamares elevados (Milkpoint, 2025).

Os preços do feijão tiveram recuo expressivo em 2025, com quedas de dois dígitos em junho, resultado da supersafra nacional (Vieceli, 2025; Folha de S. Paulo, 2025). Entretanto, a segmentação por qualidade trouxe dinâmicas diferentes: enquanto feijões premium, como o carioca nota 9+, mantiveram preços mais elevados, a grande oferta de feijão preto pressionou os valores para baixo (Estadão, 2025; Planeta Arroz, 2025). O arroz apresentou comportamento semelhante, registrando queda superior a 12% até maio de 2025, impulsionado pela supersafra e pelos estoques elevados. Contudo, o excesso de oferta aliado à baixa liquidez interna trouxe dificuldades aos produtores, que enfrentaram preços abaixo do esperado (Globo rural, 2025).

Para sintetizar as oscilações de preços observadas e relacioná-las com os fatores que as influenciam, o Quadro 3 apresenta um resumo dos principais determinantes micro e macroeconômicos associados a cada item da cesta básica. Essa sistematização permite compreender de forma comparativa como elementos climáticos, sazonais, produtivos e de mercado atuaram simultaneamente sobre a formação dos preços, destacando os alimentos mais sensíveis às variações conjunturais do período analisado.

Quadro 3 – Determinantes micro e macroeconômicos das flutuações de preços dos itens da cesta básica em 2025.

Item	Fatores Macroeconômicos	Fatores Microeconômicos
Carne	Ciclo pecuário (redução de oferta), seca/queimadas, câmbio alto, exportações fortes.	Menor oferta interna
Leite	Entressafra, demanda firme, custos elevados (energia, mão de obra)	Queda pontual nos custos de energia elétrica em algumas regiões
Feijão	Supersafra, excesso de oferta	Valorização do produto premium (carioca); queda do comum

Arroz	Safra robusta, estoques elevados	Pressão de oferta abundante vs. demanda interna
Farinha de trigo	Produção nacional em alta (17,4 % em 2025), queda dos preços internacionais, real valorizado	Concorrência interna acentuada
Batata	Safra intensificada (safra das águas) resultou em excesso de oferta	Forte queda de preço devido à maior oferta; entressafra com muita produção
Legumes	Pressão inflacionária sobre hortifrutis em janeiro	Alta sensibilidade a condições climáticas e oferta variável
Pão	Câmbio afetando trigo importado; custos industriais e de logística elevados	Influência da oferta doméstica de trigo e cadeia de panificação
Café	Quebra de safra no Brasil e no Vietnã; alta demanda global	Repasse de custos por parte da indústria
Banana	Oscilações sazonais e climáticas	Alta perecibilidade e sensibilidade à oferta local
Açúcar	Pico de disponibilidade para exportação no 3º tri 2025; safra robusta	Ajustes no mercado interno conforme entressafra e demanda global
Óleo de soja	Valorização internacional, estoques reduzidos; safra recorde de soja no Brasil	Repasse de custos à indústria
Manteiga/ Margarina	Margem internacional impactada; margarina afetada por custo de óleo de soja e custos logísticos	Variação de preços nos canais varejistas; margarina refletindo aumento nos insumos e energia

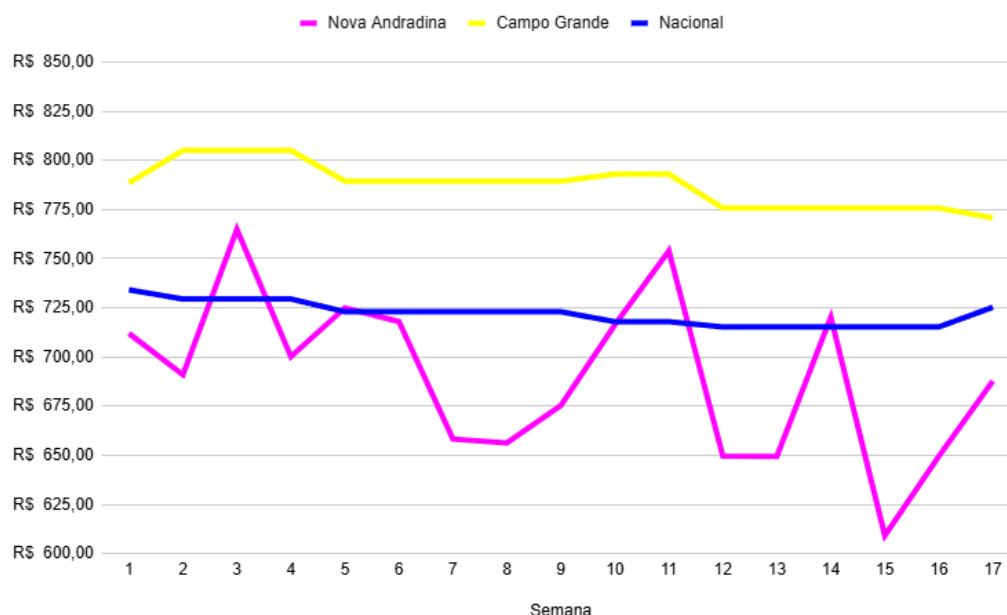
Fonte: Elaborado pela autora com base em fontes jornalísticas e institucionais.

Em síntese, a análise da variação dos preços mostrou que os produtos in natura foram os mais suscetíveis às condições climáticas e sazonais, enquanto os industrializados refletiram de maneira mais intensa os custos de produção e as oscilações do mercado internacional. Essa combinação de fatores evidencia a vulnerabilidade da cesta básica a choques externos e internos, impactando diretamente o orçamento das famílias. Assim, compreender tais dinâmicas é essencial para avaliar o peso desses itens no custo de vida e para fundamentar a discussão sobre o poder de compra, tema abordado no próximo tópico.

4.2 Custo da Cesta Básica e Poder de Compra

A análise do custo da cesta básica em Nova Andradina evidencia como o aumento dos preços de alimentos compromete o poder de compra dos trabalhadores. Ao comparar os valores locais com os registrados em Campo Grande e com a média nacional (DIEESE, 2025), observa-se que, mesmo em cidades do interior, a pressão inflacionária sobre bens essenciais continua elevada e afeta significativamente a renda familiar (Figura 6).

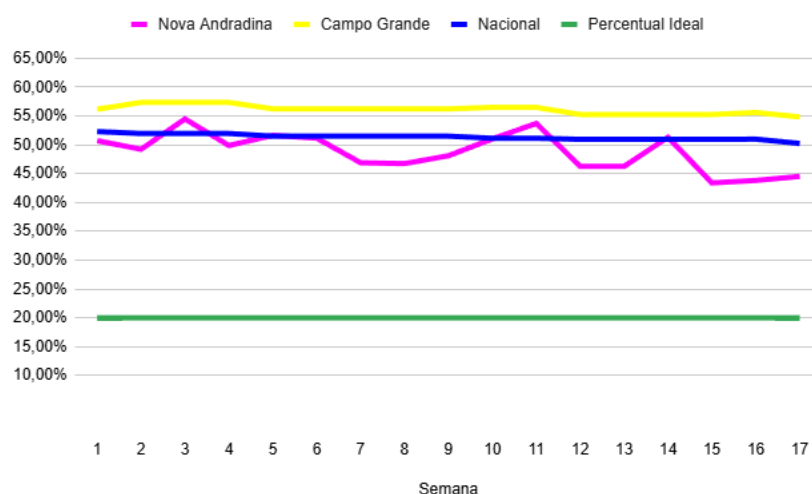
Figura 6 - Comparação do Custo da Cesta Básica em Nova Andradina/MS, em comparação com a capital Campo Grande e a média nacional, no período analisado.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 7 apresenta a relação entre o custo da cesta básica e o salário mínimo líquido em 2025, permitindo identificar quanto da renda do trabalhador foi comprometida apenas com a alimentação. Esse indicador é fundamental, pois revela o grau de vulnerabilidade econômica das famílias frente à alta dos preços de itens essenciais (DIEESE, 2009; FIORI; Valente, 2019).

Figura 7 - Percentual do salário mínimo líquido correspondente ao valor da Cesta Básica.



Fonte: Elaborado pela autora.

No caso de Nova Andradina, os dados mostram que o percentual do salário mínimo líquido gasto com a cesta básica manteve-se elevado durante todo o período analisado, aproximando-se dos valores nacionais. Isso indica que, embora os custos absolutos da cesta sejam ligeiramente menores no interior, a diferença não é suficiente para aliviar significativamente o orçamento das famílias locais. A situação se agrava pelo fato de que, em cidades interioranas, a renda média tende a ser inferior à das capitais, aumentando a pressão sobre os trabalhadores (Silva, 2014; Castro, 2016).

Em Campo Grande, o comprometimento do salário mínimo alcançou cerca de 56% em junho de 2025, percentual superior à média nacional de 52,66% (Carvalho, 2025). Esse patamar coloca a capital sul-mato-grossense entre as cidades com maior custo relativo do país (quinta cesta mais cara), refletindo não apenas a alta dos alimentos, mas também fatores estruturais, como logística e tributação (Baccari; Oliveira, 2021).

A média nacional, embora ligeiramente inferior à observada em Campo Grande,, também não representa uma condição favorável. O fato de mais da metade do salário mínimo líquido ser consumida apenas com a alimentação comprova a insuficiência desse rendimento frente ao custo de vida real (DIEESE, 2024). Assim, quando comparadas, as três realidades evidenciam que a defasagem do salário mínimo é um fenômeno estrutural, não restrito às capitais ou ao interior. A diferença percentual entre elas é pequena, mas com impacto social relevante: em municípios do interior, onde a renda é menor e as oportunidades de trabalho são mais limitadas, o comprometimento com a alimentação pode significar a renúncia a outros direitos básicos, como saúde, educação e lazer (Brasil, 1988; Souza, 2019).

Dessa forma, os resultados apontam que tanto em Campo Grande quanto em Nova Andradina, o salário mínimo de 2025 não garantiu o acesso pleno a uma vida digna. O salário mínimo vigente em 2025, fixado em R\$ 1.518,00 (equivalente a R\$ 1.404,15 líquidos, após desconto do INSS), mostrou-se insuficiente para atender às necessidades básicas previstas constitucionalmente.

De acordo com o artigo 7º, inciso IV da Constituição Federal, o salário mínimo deve ser suficiente para garantir alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência social (BRASIL, 1988). No entanto, os cálculos realizados neste estudo, com base na metodologia do DIEESE (2009), demonstram que esse objetivo não é atingido

Pela Equação 1, verificou-se que, em junho de 2025, o trabalhador em Nova Andradina precisou dedicar cerca de 118 horas mensais, o equivalente a 14,75 dias de trabalho, apenas para adquirir a cesta básica, considerando o salário mínimo líquido de R\$ 1.404,15. Em Campo Grande, esse valor aumentou para 123 horas (15,4 dias), enquanto a média nacional exigiu 116 horas (14,5 dias).

Já pela Equação 3, estimou-se que o salário mínimo necessário, em junho de 2025, para que as despesas com alimentação representassem apenas 20% da renda familiar, deveria ser de aproximadamente R\$ 3.770,00, quase três vezes o salário líquido vigente. Esse valor seria de R\$ 3.699,55 para a média nacional, R\$ 3.931,60 para Campo Grande e R\$ 3.769,75 para Nova Andradina.

Esse descompasso confirma a defasagem histórica entre o salário mínimo pago e o necessário para garantir condições dignas de vida (Castro, 2016; Silva, 2018). Como destacam Fiori e Valente (2019), a atualização do salário mínimo com base apenas no INPC e no crescimento do PIB não acompanha a evolução real dos custos de alimentação, transporte e habitação. Isso reforça a ideia de que o salário mínimo funciona mais como um piso legal do que como um instrumento efetivo de proteção social.

Portanto, os resultados obtidos demonstram que a população de Nova Andradina, assim como de outras cidades brasileiras, permanece vulnerável diante do aumento do custo de vida. O comprometimento excessivo da renda com alimentação reduz a possibilidade de atender a outras necessidades essenciais, perpetuando a desigualdade social e limitando o acesso a direitos básicos assegurados constitucionalmente (BRASIL, 1988; DIEESE, 2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a variação do custo da cesta básica de alimentos em Nova Andradina-MS entre março e agosto de 2025, destacando a fragilidade do poder de compra do salário mínimo. Verificou-se que produtos *in natura*, como batata e tomate, foram os mais sensíveis a fatores climáticos e sazonais, enquanto os industrializados, como café e óleo de soja, refletiram os efeitos da cadeia produtiva e do mercado internacional.

O resultado mais preocupante é a insuficiência do salário mínimo para atender às necessidades básicas previstas constitucionalmente. Em junho de 2025, o valor necessário para sustentar uma família foi quase cinco vezes superior ao salário oficial, revelando a precariedade econômica dos trabalhadores. Mesmo com custos inferiores aos da capital, o alto comprometimento da renda com alimentação em Nova Andradina reforça a vulnerabilidade social da população.

Diante desse cenário, tornam-se essenciais políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar, incentivem a comercialização direta entre produtores e consumidores e estabeleçam mecanismos de monitoramento contínuo dos preços. Medidas como a criação de um observatório municipal da cesta básica, em parceria com universidades, e o engajamento de agricultores familiares em programas como o PNAE podem contribuir para a estabilidade de preços e maior segurança alimentar.

Como limitação, destaca-se que o estudo abrangeu apenas um período de seis meses e restringiu a coleta a dois supermercados locais, o que pode não representar integralmente a diversidade de preços praticados no município. Além disso, não foram considerados outros custos essenciais, como habitação e transporte, que também comprometem a renda das famílias. Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o período de análise para abranger variações anuais e incluir outros municípios da região, permitindo comparações mais abrangentes. Estudos que integrem a cesta básica com indicadores de renda, habitação e transporte também poderiam oferecer uma visão mais completa sobre o custo de vida e a vulnerabilidade social da população.

Adicionalmente, conclui-se que o acompanhamento regionalizado do custo da cesta básica, aliado a políticas sociais eficazes, é fundamental para reduzir desigualdades e garantir o direito humano à alimentação, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades).

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. Exportação de carne bovina bate recorde em mês anterior ao tarifaço. Brasília, 13 ago. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-08/exportacao-de-carne-bovina-bate-r-e-corde-em-mes-anterior-ao-tarifaco>. Acesso em: 5 set. 2025
- AGROLINK. *Queda dos preços internacionais do trigo em 2025*. Porto Alegre, 19 ago. 2025.
- Baccari, J. G.; OLIVEIRA, R. B. Custos de produção agrícola e impactos sobre a inflação de alimentos no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 3, p. 1-18, 2021.
- Berrios, Luis Alberto; SANTOS, Joao Almeida. Impactos Da Inflação No Poder De Compra Do Salário Mínimo: Um Breve Panorama. *Revista de Administração do Unisal*, [S.l.], v. 6, n. 9, jun. 2016. ISSN 1806-5961.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Dispõe sobre o salário mínimo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1938.
- Braz, R. R. Dinâmica da demanda por alimentos no Brasil: renda, consumo e preços. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 26, n. 2, p. 1-20, 2022.
- CARVALHO, M. F. S. Cesta básica em Campo Grande – Março de 2025. Campo Grande: UFMS, 2025. Disponível em:

<https://obecon.ufms.br/files/2025/04/Cesta-basica-Marco2025.docx.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2025

CARVALHO, M. F. S.; SILVA, R. Impactos da inflação alimentar sobre famílias de baixa renda no Brasil. *Revista de Estudos Econômicos*, v. 12, n. 2, p. 55-70, 2020.

Castro, A. P. *Custo de vida e desigualdade social no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2016.

CEPEA/ESALQ. Indicador de preços do açúcar cristal. Piracicaba: Esalq/USP, 2025. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/acucar.aspx>. Acesso em: 4 set. 2025.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Óleo de soja se valoriza mais de 15% no mercado externo; prêmio cai no Brasil. *Cepea*, 23 jun. 2025. Disponível em: [Cepea](#). Acesso em: 4 set. 2025.

Domingues, L. A. Elasticidade-preço da demanda de alimentos básicos no contexto inflacionário brasileiro. *Estudos Econômicos*, v. 53, n. 1, p. 55-73, 2023.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A metodologia da cesta básica de alimentos. São Paulo: DIEESE, 2009. Disponível em: https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf?utm_source. Acesso em: 10 ago. 2025.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Salário mínimo nominal e necessário*. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 8 ago. 2025.

Estadão. Feijão: cotações em queda para carioca e preto em maio. *Agro Estadão*, São Paulo, 2 jun. 2025. Disponível em: <https://agro.estadao.com.br/cotacoes/feijao-cotacoes-em-queda-para-carioca-e-preto-em-maio>. Acesso em: 8 ago. 2025

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe*. Santiago: FAO, 2022.

Ferreira, A. C.; COELHO, V. M. Mercado de alimentos orgânicos e suas implicações na formação de preços. *Revista Brasileira de Economia Aplicada*, v. 21, n. 4, p. 112-130, 2017.

Fiori, J. L.; VALENTE, F. Inflação, salário mínimo e segurança alimentar no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, v. 15, n. 2, p. 25-41, 2019.

FOLHA DE S.PAULO. Preços de arroz e feijão acumulam queda de dois dígitos com safra maior no Brasil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 jun. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/06/precos-de-arroz-e-feijao-acumulam-queda-d-e-dois-digitos-com-safra-maior-no-brasil.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2025.

Globo rural. Excesso de arroz e feijão preto pressiona preços. *Globo Rural*, 8 set. 2025. Disponível em: <https://globo.rural.globo.com/agricultura/arroz/noticia/2025/09/excesso-de-arroz-e-feijao-preto-pressiona-precos.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2025.

G1. Por que o tomate e o ovo estão tão caros. São Paulo: Globo, 12 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2025/04/12/por-que-o-tomate-e-o-ovo-es-tao-tao-caros.ghml>. Acesso em: 16 ago. 2025.

Gugisch, Leandro. Preço da batata sobe devido a problemas na colheita causados pelas chuvas. *Conecta Agro Brasil*, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://conectaagrobrasil.com.br/agricultura/preco-da-batata-sobe-devido-a-problemas-na-colheita-causados-pelas-chuvas/>. Acesso em: 1 set. 2025.

Gutierrez, L. C. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2004.

Hoffmann, R. Determinantes do preço dos alimentos no Brasil: uma análise econômica. *Revista de Economia Aplicada*, v. 23, n. 4, p. 515-534, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores de preços e inflação no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Inflação e preços administrados: determinantes recentes*. Brasília: IPEA, 2021.

Lavinas, L. Cesta básica como indicador de bem-estar. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 1998.

Maluf, R. S. *Cesta básica, segurança alimentar e políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

Mankiw, N. G. *Princípios de Economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Matuella Filho, O. *Salário mínimo e custo de vida: análises regionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

Menger, C. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

Milkpoint. Conseleite/PR projeta valor de referência do leite a ser pago em setembro. *MilkPoint*, 26 ago. 2025. Disponível em: <https://www.milkpoint.com.br/noticias-e-mercado/giro-noticias/conseleitepr-projeta-valor-de-referencia-do-leite-a-ser-pago-em-setembro-239225/>. Acesso em: 2 set. 2025.

Moura, P. *Alta internacional do óleo de soja em 2025*. São Paulo: Valor Econômico, 2025.

NCV NEWS. Frio provoca alta no preço do tomate e da banana nanica no início de julho, aponta Ceasa-MS. Campo Grande, 30 jun. 2025. Disponível em: <https://ncvnews.com.br/frio-provoca-alta-no-preco-do-tomate-e-da-banana-nanica-no-inicio-de-julho-aponta-ceasa-ms>. Acesso em: [inserir data de acesso].

Notícias Agrícolas . Preço do leite ao produtor tem recuo de 0,3% em julho, mas queda nos custos de produção mantém margens positivas. *Notícias Agrícolas*, 26 ago. 2025. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/leite/406487-preco-do-leite-ao-produtor-tem-recuo-de-03-em-julho-mas-queda-nos-custos-de-producao-mantem-margens-positivas.html>. Acesso em: 30 ago. 2025.

Oliveira, C. L. A história do salário mínimo no Brasil. *Revista de Economia Social*, 2018.

Oliveira, L. F.; SANTOS, M. P. Preços dos alimentos e política macroeconômica no Brasil. *Revista de Política Econômica*, Brasília, v. 36, n. 2, p. 155-174, 2020.

Planeta arroz. Excesso de oferta faz cair preços do arroz e do feijão preto. Disponível em: <https://planetaarroz.com.br/excesso-de-oferta-faz-cair-precos-do-arroz-e-do-feijao-preto/>. Acesso em: 8 set. 2025.

Safras & Mercado. O mercado brasileiro de trigo segue pressionado por câmbio e preços internacionais. Disponível em: <https://safras.com.br/mercado-brasileiro-de-trigo-segue-pressionado-por-cambio-e-precos-internacionais>. Acesso em: 10 ago. 2025.

Silva, J. M. O custo da cesta básica no interior do Brasil: limites e desafios metodológicos. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, n. 1, p. 75-92, 2014.

Silva, Renata Boscolo da. *Uma análise comparativa do custo da cesta básica*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018

Silveira, P. R.; SCHNEIDER, S. Preços, mercados e agricultura familiar: uma análise sobre a formação dos preços dos alimentos no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 56, n. 3, p. 367-384, 2018.

Social sistema News. Guerras globais afetam o preço até da margarina. *Social Systems News*, 2 jul. 2025. Disponível em: <https://socialsystemsnews.com.br/guerras-globais-afetam-o-preco-ate-da-margarina/>. Acesso em: 5 set. 2025

Souza, C. A. *Desigualdade social e distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

Vieceli, Leonardo. Preço do arroz e do feijão cai dois dígitos, mas mesmo assim brasileiro consome menos; por quê? *O Tempo*, 14 jun. 2025. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/2025/6/14/preco-do-arroz-e-do-feijao-cai-dois-digito-mas-mesmo-assim-brasileiro-consome-menos-por-que>. Acesso em: 10 ago. 2025.